



**OS JOGOS COMO FATOR DE INCLUSÃO NAS  
AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**RENATO ANTONIO VILARONGA**  
**ORIENTADORA: MSC. ALESSANDRA MÁRCIA**  
**MONTANHINI**

São Sebastião do Paraíso – MG

2011

# **OS JOGOS COMO FATOR DE INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**RENATO ANTONIO VILARONGA**

Monografia apresentada à Faculdade  
Calafiori como parte dos requisitos  
para a obtenção do título de  
Licenciado em Educação Física.

Orientadora: Msc. Alessandra Márcia  
Montanhini

São Sebastião do Paraíso – MG

2011

**OS JOGOS COMO FATOR DE INCLUSÃO NAS AULAS DE  
EDUCAÇÃO FÍSICA**

**AVALIAÇÃO:** (    ) \_\_\_\_\_

---

Professora Orientadora: Msc. Alessandra Alessandra Márcia Montanhini

---

Professor Avaliador da Banca: Ms. Rogério Grillo

---

Professor Avaliador da Banca: Ms. Jean José Silva

**São Sebastião do Paraíso – MG**

**2011**

*“Em todas as coisas o sucesso depende de uma preparação prévia, e sem tal preparação o falhanço é certo”.*

*Confúcio*

## DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha família, principalmente ao meu avô que sempre me ajudou e durante esses três anos de estudo foi um porto seguro para mim e não deixou que desanimasse.

A minha tia, que com sua experiência como pedagoga me orientou, apoiou e ajudou nas tarefas escolares.

A minha esposa, que sempre me deu forças para continuar e aceitou a minha ausência durante estes anos de estudo.

A professora, ALESSANDRA MÁRCIA MONTANHINI, uma pessoa muito especial, que me ajudou e me ensinou muito durante esse período. Sem a ajuda dela tudo teria sido mais difícil. Sempre se mostrou prestativa e me orientou com carinho e prontidão, acreditando no meu potencial e me conduzindo a adquirir maturidade profissional.

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço primeiramente a DEUS pelo dom da vida e disposição para realizar este projeto de vida.

A meu orientador professor e mestre JEAN JOSÉ SILVA pela ajuda em todas as etapas do estudo.

A todas as pessoas que me incentivaram e me ajudaram nesses três anos, em especial aos professores MURILO PESSONI NEVES e ALESSANDRA MÁRCIA MONTANHINI por acreditarem em mim, aceitando e me ajudando a vencer minhas limitações.

Aos meus colegas de sala que se tornaram grandes amigos, pude aprender um pouco a mais com cada um a cada dia, seja nas brincadeiras, nas pequenas discussões, nos momentos de riso ou de choro.

Agradeço a todas as pessoas que diretamente ou indiretamente me ajudaram a vencer estes anos de estudo.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO I:.....</b>	<b>9</b>
<b>JOGOS .....</b>	<b>9</b>
Conceito e importância: .....	9
2 Jogos Cooperativos: .....	13
<b>CAPÍTULO II .....</b>	<b>19</b>
<b>INCLUSÃO.....</b>	<b>19</b>
1- Conceito e importância:.....	19
2- Benefícios:.....	25
<b>CAPÍTULO III.....</b>	<b>28</b>
<b>OS JOGOS E A EDUCAÇÃO FÍSICA .....</b>	<b>28</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>34</b>

## RESUMO

Atualmente muito se discute sobre inclusão, seja ela social ou educacional. Embora já se tenha alcançado avanço e progresso neste contexto, é comum nos depararmos com alguma forma de discriminação e/ou distanciamento de alunos das aulas de educação física por diversos fatores. Tomando como foco a questão descrita, este trabalho, objetivou investigar a importância dos jogos cooperativos nas aulas de Educação Física Escolar. A prática de atividade física é uma etapa muito importante para o indivíduo, tanto nos aspectos emocionais como físicos, principalmente nas fases de pré-adolescência e adolescência onde ele está começando a se socializar e querer pertencer a um grupo, assim como esta é uma fase que atividade auxiliará no fortalecimento dos ossos. Os jogos de uma maneira geral possibilitam a criação de atividades em conjunto e faz pensar sobre os movimentos em que estão envolvidos, desafiando-os para a complexidade do jogo numa perspectiva inclusiva, onde todos independentes do grau de habilidade podem expressar-se a partir dele. O jogo propicia o prazer de brincar e fantasiar. Brincando através de jogos os indivíduos são capazes de representar a realidade, conhecer a si próprias, o seu corpo e tudo que o cerca. O professor deve levar o aluno ao conhecimento do jogo, provocando seu raciocínio, traduzindo as informações e resolvendo situações no ato de jogar, dando vazão aos sentimentos. A educação motora está presente nos trabalhos em conjunto, onde se pode trabalhar o equilíbrio, o ritmo, a lateralidade, a consciência corporal. O trabalho com os jogos cooperativos, podem ajudar as instituições de ensino a combater a evasão escolar e a exclusão de muitos alunos nas aulas Educação Física. Com consciência, responsabilidade e conhecimento sobre o assunto, os profissionais podem se tornar condutores na busca por uma vida saudável e feliz para todos os alunos, sem exceção.

**Palavras-chave:** Inclusão – Culturas diferentes – Prazer - Socialização

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, vivencia-se nas escolas, a busca de atividades diversificadas e eficazes no processo ensino aprendizagem.

Este trabalho tem como objetivo principal apresentar aos professores e demais profissionais da educação os principais conceitos, teorias e práticas do desenvolvimento humano através dos jogos.

É de fundamental importância que todos nós educadores, entendamos que educar não se limita a apenas repassar informações, que jogos não são apenas para serem jogados, mas sim descobrir, acreditar que cada jogo tem valores e objetivos que deverão ser discutidos, analisados e colocados em prática, oferecendo ferramentas para que o educando possa escolher entre muitos caminhos, aquele que for compatível com seu potencial de anseio.

O educador que está sempre buscando aperfeiçoar seus conhecimentos, sabe que “o jogo” faz parte da vida da criança, tanto no que se refere à descoberta de si mesmo, à possibilidade de experimentar, de criar e de transformar o mundo, quanto à aquisição de habilidades motoras e à socialização do indivíduo ao grupo social em que ele vive.

A elaboração deste trabalho pretende contribuir para uma prática em que o entendimento e o respeito sobreponham aos padrões convencionais e que a graduação do conhecimento seja um processo contínuo e ativo na vida do ser humano. O jogo e a aprendizagem não se separam. Não é possível separar adaptação de jogo, pois, enquanto brinca, a criança aprende incessantemente. O jogo além de contribuir no desenvolvimento individual, propicia o desenvolvimento sócio-cultural através da interação, da aprendizagem e da comunicação, sendo essencial para a formação do sujeito.

O jogo é um caminho para se educar coletivamente, se descobrir, se revelar, seja como educando, como educador, como profissional e como ser capaz de mudar suas realidades através de seus atos.

## **CAPÍTULO I:**

### **JOGOS**

#### **Conceito e importância:**

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998) “os jogos constituem uma forma interessante de propor problemas, pois permitem que estes sejam apresentados de modo atrativo e favorece a criatividade na elaboração de estratégias de resolução e busca de soluções, é atividade de ocupação de espaço e devem ter lugar de destaque nos conteúdos, pois permite que se amplie as possibilidades de se posicionar melhor e de compreender os próprios deslocamentos. Transformando a realidade da escola em um ambiente agradável de estar e aprender, mudando a prática pedagógica, com atividades que valorizem as experiências e desejos dos alunos, utilizando jogos que crie oportunidade para o desenvolvimento físico, moral e intelectual”.

Em uma das mais clássicas obras produzidas sobre o Jogo, “Homo Ludens”, seu autor Johan Huizinga, considera o jogo como algo que é anterior a própria civilização e que, portanto, necessita ser abordado com uma boa dose de reverência, isto é, com o devido zelo para observá-lo de acordo com suas relações históricas, culturais e sociais.

O jogo é uma atividade ou ocupação voluntária, exercida dentro de certos e determinados limites de tempo e de espaço, segundo regras livremente consentidas, mas absolutamente obrigatórias, dotado de um fim em si mesmo, acompanhado de um sentimento de tensão e de alegria e de uma consciência de ser diferente da vida cotidiana ( Huizinga, 1996).

Respeitando profundamente o pioneirismo de Huizinga e reconhecendo o valor de sua obra até os dias atuais, entendo que a noção de jogo, ao longo dos anos, transformou-se e diversificou-se bastante. O Jogo, desde suas primeiras manifestações, esteve sempre imerso num ambiente muito dinâmico e de constantes modificações quanto as suas definições, aplicações e dimensões.

O jogo não é simplesmente um “passatempo” para distrair os alunos, ao contrário, corresponde a uma profunda exigência do organismo e ocupa lugar de extraordinária importância na educação escolar. Estimula o crescimento e o desenvolvimento, a coordenação muscular, as faculdades intelectuais, a iniciativa individual e estimula o indivíduo a observar e conhecer as pessoas e as coisas do ambiente em que se vive.

Segundo Ronca e Terzi (1995), o jogo, a brincadeira e a diversão fazem parte de uma outra importante dimensão da aula, a ser desenvolvida pelos Educadores, a qual denominamos amplamente de ‘movimento lúdico’. O lúdico permite que a criança explore a relação do corpo com o espaço, provoca possibilidades de deslocamento e velocidade, ou cria condições mentais para sair de enrascadas. Vai, então assimilando e gostando tanto, que tal movimento a faz buscar e viver diferentes atividades que passam a ser fundamental, não só no processo de desenvolvimento de sua personalidade e de seu caráter como, também, ao longo da construção de seu organismo cognitivo.

Através do jogo o indivíduo pode brincar naturalmente, testar hipóteses, explorar toda a sua espontaneidade criativa. O jogar é essencial para que a criança manifeste sua criatividade, utilizando suas potencialidades de maneira integral. É somente sendo criativo que a criança descobre seu próprio eu.

O jogo cria uma situação de regras que proporcionam uma zona de desenvolvimento proximal no aluno. Assim “comporta-se de forma mais avançada do que nas atividades da vida real e também aprende a separar objeto e significado.” (OLIVEIRA, 1999).

Durante a realização do jogo a ação provoca espontaneidade. Isto causa estimulação suficiente para que o aluno transcenda a si mesmo. Ele é libertado para penetrar no ambiente, explorar, aventurar e enfrentar sem medo todos os perigos.

Dessa experiência integrada, surge o aluno ativo e participativo dentro de um ambiente total, e aparece o apoio e a confiança que permite a ele desenvolver qualquer habilidade necessária para a comunicação dentro do jogo, a criança adquirir o domínio da comunicação com os outros. Os jogos facilitam a socialização e a inclusão, visto que os alunos, ao buscar alternativas para vencer, aliam-se entre si formando laços de amizade e cooperação, deixando o ambiente de aprendizagem mais agradável e produtivo, professor e alunos tornam-se parceiros em busca de um só objetivo.

Segundo Rego (2000), o uso dos jogos proporciona ambientes desafiadores, capazes de “estimular o intelecto” proporcionando a conquista de estágios mais elevados de raciocínio. “Isto quer dizer que o pensamento conceitual é uma conquista que depende não somente do esforço individual mas principalmente do contexto em que o indivíduo se insere, que define, aliás, seu ‘ponto de chegada’.

O ato de jogar ainda permite a discussão, a experimentação e o estudo de conceitos de modo espontâneo. Desse modo, o erro já não se torna tão marcante e negativo para o aluno, pois ele o encara como algo natural no decorrer da busca pela solução.

Nesse processo, o aluno utiliza-se de estratégias próprias, baseadas naquilo que já domina ou que está aprendendo ainda. Torna-se então, o construtor do seu próprio conhecimento, envolve todo seu saber e este não sendo suficiente, se interessa por aprender mais, a fim de se tornar vencedor.

O jogo é para a criança o exercício e a preparação para a vida adulta, pois permite o desenvolvimento de suas potencialidades, entretanto é importante que o educador tenha definido os objetivos que almeja alcançar e saiba escolher o jogo adequado ao momento educativo

Enquanto a criança joga, todo seu esquema motor é acionado, sua socialização é solicitada e o esquema cognitivo é estimulado. Através do jogo elas se unem procurando se entenderem, estimulando o respeito pelo outro e pelo adversário com quem se joga. O aluno participa das atividades de maneira ativa e crítica, compreendendo o jogo, adquirindo autonomia, aprendendo a respeitar as suas próprias limitações e as dos demais participantes.

O jogo propicia aos alunos vivências significativas e não apenas imitações de gestos ou simples momentos de distração. Por si só a criança joga, brinca, imagina e abstrai-se numa intensa e constante prática de atividades motoras. Devemos fazer do jogo estratégias metodológicas intencionais objetivando ensinar alguma coisa para alguém, considerando-o como um momento de criação e construção, sem perder sua característica lúdica e valorizando sua espontaneidade, sendo capaz de proporcionar prazer, alegria e facilitar o entendimento do jogo como ato social. O jogo é visto como um processo de construção que insere o sujeito no meio social através da adaptação e da interação com o meio. O jogo serve para a consolidação das habilidades aprendidas e serve como reflexo do nível de desenvolvimento cognitivo da criança e é no jogo que ela aplica tudo que aprende.

Durante a execução do jogo a criança incorpora valores, conceitos e conteúdos que o educador poderá anotar para analisar e colocar em prática futuramente.

No ambiente do jogo a criança se desenvolve, constrói o conhecimento e se humaniza, ela também aprende e renova sua cultura, conhece a si mesmo e o meio ambiente. Jogando os alunos podem desenvolver o poder de criar e a escola estará educando para formar agentes culturais. O jogo também é visto como um elemento motivador para tratar de aspectos éticos e morais, visando formação crítica, participativa e autônoma do indivíduo para viver em sociedade.

Segundo Freire (2002):

O jogo tem a propriedade de trazer as experiências do mundo exterior para o espírito humano, de maneira que jogando com elas, a cultura possa ser criada, revista, corrigida, ampliada, garantindo o ambiente de nossa existência. E é com essa plasticidade que jogamos para criar um outro mundo, aquele ao qual podemos nos ajustar.

A independência para agir que em muitas ocasiões o jogo oferece, permite o ir e o vir para procurar o que satisfaz, de elaborar as ações e colocá-las em prática, de ser orientado por si mesmo, desenvolvendo um dos princípios educacionais fundamentais: a autonomia.

O jogo é concebido, portanto, como recurso pedagógico que colabora no desenvolvimento das capacidades humanas das crianças, tornando-as mais sensíveis, críticas, interpretativas, comunicativas, imaginativas e mais atenta a tudo que a cerca.

Segundo Kishimoto (2001), o jogo possui duas funções essenciais: a função lúdica - o jogo propicia a diversão, o prazer e até o desprazer - e a função educativa - o jogo ensina qualquer coisa que complete o indivíduo em seu saber, seus conhecimentos e seu posicionamento no mundo.

O jogo possibilita conflitos interpessoais, onde o aluno em busca de uma convivência harmônica, contribui com suas idéias e também tem que renunciar a elas, em favor das idéias de seus companheiros.

## 2 Jogos Cooperativos:

Existe uma crescente conscientização da necessidade de incentivar e desenvolver o espírito de cooperação, de participação numa comunidade, o que vem transformando profundamente o estilo de se trabalhar em grupo. Quando se procura um emprego a própria capacidade cooperativa é um aspecto valorizado porque as pessoas estão descobrindo que não dá para ir muito longe sozinhas.

Desde muito tempo que os jogos estão presentes nas atividades educacionais, mas a maioria dos jogos tradicionais no Ocidente são competitivos.

O conceito de jogos cooperativos teve início com Terry Orlick, pesquisador canadense que, a partir de estudos iniciados nos anos 70, desenvolveu o princípio destas atividades físicas cujos elementos primordiais são: a cooperação, a aceitação, o envolvimento e a diversão.

Várias literaturas indicam Fábio Otuzi Brotto como principal referência sobre Jogos Cooperativos no Brasil. Ele e sua esposa, Gisela Sartori Franco, criaram em 1992, o Projeto Cooperação, destinado à difusão dos Jogos Cooperativos através de palestras, oficinas, eventos, publicações e produção de materiais didáticos (BROTTO, 1995).

Segundo Brotto (1995) esse novo enfoque visa harmonizar o desenvolvimento da habilidade física com o desenvolvimento das potencialidades pessoais e coletivas dos alunos.

Brotto publicou em 1995 o livro “Jogos Cooperativos: se o importante é competir o fundamental é cooperar”, que serviu de referência para vários pesquisadores brasileiros. A partir daí, foram criados vários projetos organizados pelo Projeto Cooperação de Brotto, sempre destinados ao desenvolvimento de programas que visam a cooperação (SOLER, 2008).

Em 2001 é lançada a primeira revista sobre Jogos Cooperativos no Brasil por Luciano Lannes e Mônica Teixeira, intitulada “Revista de Jogos Cooperativos”, com o objetivo de atingir um número maior de pessoas que poderão conhecer melhor a proposta dos Jogos Cooperativos no Brasil (SOLER, 2008).

A idéia difundiu-se e hoje diversos autores desenvolvem jogos cooperativos aplicados à educação, administração de empresas e serviços comunitários.

Orlick questionou as regras dos jogos tradicionais e adaptou-os para transformá-los em jogos cooperativos. Neles o confronto é eliminado e joga-se uns COM os outros, ao invés de uns CONTRA outros. A comunicação e a criatividade são estimuladas para se alcançar um objetivo comum.

Os Jogos Cooperativos surgiram da necessidade de se fazer algo que impedisse o crescimento de uma excessiva valorização em relação ao individualismo e à competição existente, principalmente, na cultura ocidental. Eles podem nos auxiliar na reflexão sobre as respostas a estas questões acima, bem como nos ajudar a reconhecer se o que praticamos com nossos alunos transmite a eles os valores que realmente queremos ensinar.

Segundo Brown (1994), se queremos de fato fomentar valores humanos de respeito, solidariedade, relações sociais justas, então nossas ações devem ser coerentes com esses valores. Por isso, devemos estar atentos às mensagens que transmitimos por meio dos jogos que praticamos.

Nos jogos cooperativos existe cooperação, que significa agir em conjunto para superar um desafio ou alcançar uma meta.

As atividades que privilegiam os aspectos cooperativos são importantes por contribuírem para o desenvolvimento do sentido de pertencer a um grupo, para a formação de pessoas conscientes de sua responsabilidade social, pois trabalham respeito, fraternidade e solidariedade de forma lúdica e altamente compensatória, levando a perceber a interdependência entre todas as criaturas. Nelas, ninguém perde, ninguém é isolado ou rejeitado porque falhou. Quando há cooperação todos ganham, baseados num sistema de ajuda mútua.

Quando conseguimos nos descontraír e ficar mais flexíveis nas nossas interações com os outros, liberamos todo o potencial criativo que há em cada um. Através dos jogos cooperativos nos sentimos confortáveis e confiantes para desfazer nossos bloqueios e compartilhamos qualidades como auto-estima, criatividade, entusiasmo, comunicação, confiança e respeito mútuo (BROTTO, 2002).

Segundo Amaral (2004), o jogo cooperativo busca aproveitar as condições, capacidades, qualidades ou habilidades de cada indivíduo, aplicá-las em um grupo e tentar chegar a um objetivo comum. O que mais importa é a colaboração de cada indivíduo do grupo, é o que cada um deles tem para oferecer no momento da atividade, para que o grupo consiga agir com mais eficiência nas tarefas.

Os jogos cooperativos propiciam a realização de atividades onde se pode compartilhar, unir pessoas, despertar a coragem para assumir riscos com pouca preocupação com o fracasso e o sucesso em si mesmos. Os jogos cooperativos reforçam a confiança em si mesmo e nos outros, propiciando uma participação autêntica, fazendo com que o ganhar e o perder sejam, apenas, referências para o crescimento pessoal e coletivo. A disputa e a competição podem ser confrontadas, abrindo-se uma possibilidade de inserção de cooperação, onde todos ganham.

Os jogos cooperativos oferecem a oportunidade de convivência, onde se busca desenvolver nos alunos o respeito mútuo, a harmonia, os objetivos comuns e a liberdade.

Segundo Orlick (1989), o objetivo primordial dos jogos cooperativos é criar oportunidades para o aprendizado cooperativo e a interação cooperativa prazerosa. Estes jogos ainda podem ser especialmente importantes para as crianças encabuladas, tímidas, com alguma delimitação física ou mesmo menos habilidosas, pois proporcionam o sentimento de pertencer ao grupo e de ser aceita, já que todos precisam uns dos outros para vencer. Devemos utilizar os Jogos Cooperativos para evitar o isolamento social e facilitar a interação social positiva.

Algumas características dos jogos cooperativos:

- busca a participação de todos.
- joga-se com os outros e não contra os outros.
- joga-se para superar desafios coletivos e não para vencer os outros.
- eliminam o medo e o sentimento de fracasso.
- fortalecem a confiança e a auto-estima.
- estimulam o raciocínio e o trabalho em equipe.

Durante a realização dos jogos cooperativos todos os grupos colaboram combinando as diferentes habilidades para conseguir um só objetivo comum, todos ganham ou todos perdem caso não consigam alcançar o objetivo proposto. Esses jogos transmitem e potenciam valores que ajudam na formação de jogadores conscientes, através de relações entre os jogadores de respeito, diversão e cooperação.

Nos jogos cooperativos as regras são elaboradas ou criadas num ambiente restrito ou até mesmo de imediato. Normalmente, os jogos têm poucas regras e estas são simples. Pode envolver um jogador sozinho, dois ou mais jogando cooperativamente. Estes jogos devem ser disputados buscando o lazer, sem que os

participantes enfoquem na competição e a vitória como fator essencial.

Segundo Schwartz (2002), "[...] a criança é automotivada para qualquer prática, principalmente a lúdica, sendo que tendem a notar a importância de atividades para o seu desenvolvimento, assim sendo, favorece a procura pelo retorno e pela manutenção de determinadas atividades".

A criança não se importa se está indo bem ou mal em uma atividade, o que importa para ela é saber se está tendo prazer ou não em determinada atividade.

Nos jogos cooperativos o fundamental é cooperar. O que se quer mostrar trabalhando estes jogos é que é possível jogar uns com os outros e não uns contra os outros. Ensino este que deve ser relacionado com a vida em sociedade: é melhor cooperar para todos ganharem do que competir para um vencer.

Segundo Brotto (1997):

‘Aprendendo o verdadeiro significado da consciência de grupo paramos de olhar para nós mesmos como um ser separado de todos os outros e começamos a ver nosso ser com toda a humanidade, a Natureza e o Cosmos. Nessa realização, aprendemos a ciência da arte da cooperação’.

Nos Jogos Cooperativos todos os participantes cooperam e todos ganham, pois estes jogos eliminam o medo e o sentimento de fracasso. Eles também reforçam a confiança do indivíduo em suas capacidades, como uma pessoa digna e de valor, cria oportunidades para o aprendizado cooperativo e a interação cooperativa prazerosa. A alegria deve ser parte integrante dos jogos.

Os jogos trazem muitos benefícios. Propiciam momentos de lazer e os alunos ganham mais disciplina e aprendem a respeitar os colegas. Aprendendo a respeitar os colegas em sua individualidade, o processo de inclusão de todos os participantes acontece de maneira natural. Aliar os jogos a outras atividades que os alunos realizam no dia a dia, também favorecem a inclusão e o rendimento tende a melhorar.

Os jogos cooperativos têm por objetivo estimular habilidades e atitudes de colaboração de forma que os envolvidos percebam que cooperando nas ações do dia-a-dia, todos lucram. A partir de atitudes solidárias, os indivíduos têm maior

facilidade em alcançar os objetivos, bem como, expressar-se e respeitarem-se mutuamente.

“A cooperação exige confiança porque, quando alguém escolhe cooperar, conscientemente coloca seu destino parcialmente nas mãos de outros. Os Jogos Cooperativos são essencialmente divertidos, pois o riso prende a atenção de todos, e assim acontece o envolvimento de corpo e alma” (ORLICK, 1989).

Jogos cooperativos também podem ser vistos como dinâmicas de grupo que têm por objetivo, em primeiro lugar despertar a consciência de cooperação, isto é, mostrar que a cooperação é uma alternativa possível e saudável no campo das relações sociais; em segundo lugar, promover efetivamente a cooperação entre as pessoas, na exata medida em que os jogos são, eles próprios, experiências cooperativas.

No jogo cooperativo, aprende-se a considerar o outro que joga como um parceiro, um solidário, e não mais como o temível adversário. A pessoa quando joga aprende a se colocar no lugar do outro, priorizando sempre os interesses coletivos.

São jogos para unir pessoas, e reforçar a confiança em si mesmo e nos outros que jogam. As pessoas podem participar autenticamente, pois ganhar ou perder são apenas referências para um contínuo aperfeiçoamento pessoal e coletivo.

Os jogos cooperativos resultam numa vontade de continuar jogando, e aceitar todos como são verdadeiramente, pois as pessoas estão mais livres para se divertir.

Jogar cooperativamente é re-aprender a conviver consigo mesmo e com as outras pessoas.

O jogo cooperativo serve para nos libertar da competição, seu objetivo maior é a participação de todos por uma meta comum. A agressão física é totalmente eliminada, cada participante estabelece seu próprio ritmo, todos se enxergam como importantes e necessários dentro do grupo. Aumentando a confiança e autoestima, tentamos superar desafios ou obstáculos, sempre com alegria e motivação.

Os padrões de comportamentos fluem dos valores que adquirimos enquanto brincamos e jogamos durante a nossa infância, então o modelo a que estamos

expostos resultará no modelo que seguiremos no jogo e fora dele. Se hoje em dia ainda não enxergamos muitos atos de cooperação significa que as crianças não estão sendo criadas num ambiente que lhes proporcione aprender por meio de experiências que as sensibilizem para a cooperação.

Os jogos cooperativos têm várias características libertadoras que são muito coerentes com o trabalho em grupo:

- Libertam da competição: o objetivo é que todos participem para poder alcançar uma meta comum.
- Libertam da eliminação: o esboço do jogo cooperativo busca a integração de todos.
- Libertam para criar: criar é construir e, para construir, a colaboração de todos é fundamental. As regras são flexíveis, e os participantes podem contribuir para mudar o jogo.

O aprendizado através da vivência e do jogo cooperativo, é muito mais efetivo e duradouro, pois as crianças passam a participar ativamente do processo da construção do conhecimento. Quando a competição está presente no processo de aprendizagem, percebe-se a diminuição da auto-estima e o aumento do medo de falhar, reduzindo a expressão de capacidades e o desenvolvimento da criança. A competição promove a comparação entre as pessoas e acaba por favorecer a exclusão baseada em poucos critérios. Um ambiente competitivo aumenta a tensão e a frustração e pode desencadear comportamentos agressivos.

Quando as vivências e os jogos utilizados são cooperativos, o processo de aprendizagem é potencializado, pois não existindo o temor da exclusão, corpo e mente, ficam livres da tensão gerada pela competição, dedicando-se integralmente ao processo criativo e a participação ativa no aprendizado.

## CAPÍTULO II

### INCLUSÃO

#### 1- Conceito e importância:

Segundo consta nos Parâmetros Curriculares Nacionais, as aulas de Educação Física devem ser dirigidas a todos os alunos. “A sistematização dos objetivos, conteúdos, processos de ensino e aprendizagem e avaliação, tem como meta a inclusão do aluno na cultura corporal de movimentos, por meio da participação e reflexão concretas e efetivas. Busca-se reverter o quadro histórico de seleção entre indivíduos aptos e inaptos para as práticas corporais, resultante da valorização exacerbada do desempenho e da eficiência” (PCNs, 1998).

Segundo Mantoan (2005), inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro.

A Declaração de Salamanca é considerada um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos de 1990. Ela é o resultado de uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva, e cuja origem tem sido atribuída aos movimentos de direitos humanos e de desinstitucionalização manicomial que surgiram a partir das décadas de 60 e 70.

A Declaração de Salamanca é também considerada inovadora porque, conforme diz seu próprio texto, ela “proporcionou uma oportunidade única de colocação da educação especial dentro da estrutura de ‘educação para todos’ firmada em 1990 (...) promoveu uma plataforma que afirma o princípio e a discussão da prática de garantia da inclusão das crianças com necessidades educacionais

especiais nestas iniciativas e a tomada de seus lugares de direito numa sociedade de aprendizagem”.

A Declaração de Salamanca ampliou o conceito de necessidades educacionais especiais, incluindo todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a escola, seja por que motivo for. Assim, a idéia de "necessidades educacionais especiais" passou a incluir, além das crianças portadoras de deficiências, aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias ou permanentes na escola, as que estejam repetindo continuamente os anos escolares, as que sejam forçadas a trabalhar, as que vivem nas ruas, as que moram distantes de quaisquer escolas, as que vivem em condições de extrema pobreza ou que sejam desnutridas, as que sejam vítimas de guerra ou conflitos armados, as que sofrem de abusos contínuos físicos, emocionais e sexuais, ou as que simplesmente estão fora da escola, por qualquer motivo que seja.

Segundo Mello (1997), o primeiro passo para abordar estas questões acerca da inclusão passa pela escola, já que seu papel não é apenas o de ensinar e transmitir conhecimentos sistematizados como português, matemática entre outras, mas também o de participar e promover ações que objetivem o estabelecimento dos padrões de convivência social. A escola pode ser um veículo facilitador junto à sociedade onde esta poderá adquirir, fundamentar e modificar conceitos de participação, colaboração e adaptação.

Uma das implicações educacionais orientadas a partir da Declaração de Salamanca refere-se à inclusão na educação. Segundo o documento, “o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade. Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva.

Dificuldades, limitações, deficiências existem em todos os seres humanos embora de formas diferentes. A sociedade e principalmente as escolas de Ensino

Formal devem incluir a todos sem restrição. Os alunos em geral devem aprender juntos sempre que possível, apesar das dificuldades que podem ocorrer.

Atualmente, apesar de ser grande o número de alunos portadores de necessidades especiais, matriculados em salas de aula do ensino regular, percebe-se que os educadores ainda sentem dificuldades ao receberem estes educandos. Fica claro que o maior obstáculo ao bom desempenho do professor é o despreparo, no sentido de facilitar a inclusão escolar e aprendizagem desse alunado.

Ainda, considerando a formação do professor para a educação inclusiva, devem fazer da grade curricular conteúdos referentes a conceitualização, isto é, das deficiências. É muito importante também, que os futuros professores se apropriem de conhecimentos didáticos e práticas de ensino que levem em consideração a diversidade dos alunos, dando-lhes condições de adaptar atividades, conteúdos e propostas curriculares. (GOFFREDO, 1997, p.70)

“A inclusão escolar constitui, portanto, uma proposta politicamente correta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, em um ambiente educacional favorável” (PCNs, 1997, p.17).

Participar de um processo inclusivo é estar predisposto a considerar e a respeitar as diferenças individuais, criando a possibilidade de aprender sobre si mesmo e sobre cada um dos outros em uma situação de diversidade de idéias, sentimentos e ações. (GORGATTI E DA COSTA, 2005).

O profissional de Educação Física deve estar preparado para abranger conteúdos diversificados adaptando-os nos vários estilos de aprendizagem, podendo assim satisfazer todos os alunos garantindo uma educação igualitária a todos, sem exclusão. A escola e os profissionais que nela trabalham precisam atender a todas as necessidades dos alunos tendo assim que criar estratégias de ensino para que não haja a exclusão. Além disso, o educador deve estar preparado para aceitar as diferenças.

Os parâmetros curriculares nacionais (PCNS), dizem que a aula de Educação Física deve favorecer a construção de uma atitude digna e de respeito próprio por parte das pessoas com necessidades especiais, e a convivência com ele pode

possibilitar a construção de atitudes de solidariedade, respeito e aceitação, sem preconceitos (BRASIL,1998).

As pessoas com necessidades especiais ou que apresentam outras dificuldades durante as aulas de Educação Física necessitam de maiores cuidados, recursos e de estruturas que possibilitem a eles uma vida mais digna, não significa que são inferiores às demais pessoas, e que por isso estão em desvantagens, eles necessitam desses recursos para que aos poucos e com o apoio de todos se tornem independentes, e possam ter uma melhor convivência no meio social.

Devem ser oferecido a essa pessoas o respeito, a compreensão, cooperação, incentivando-as a lutar pelos seus direitos. Direitos sim, pois elas podem e devem ser tratadas e vistas como capazes e com potencialidades apenas diferentes das pessoas normais. Desta forma, contribuiremos para que ocorra a inclusão e não a exclusão das pessoas.

Inclusão total e irrestrita é uma oportunidade que temos para reverter à situação da maioria de nossas escolas, as quais atribuem aos alunos as deficiências que são do próprio ensino ministrado por elas – sempre se avalia o que aluno aprendeu, o que ele não sabe, mas raramente se analisa “o que” e “como” a escola ensina, de modo que os alunos não sejam penalizados pela repetência, evasão, discriminação, exclusão, enfim. (MANTOAN, 2003).

Com a LBD, (lei e diretrizes de base da educação), as políticas educacionais atuais têm como princípio a inclusão de crianças no ensino regular. O processo de inclusão gera uma exigência da transformação da escola, pois acarreta na inserção no ensino regular de alunos com quaisquer déficits e necessidades, cabendo às escolas se adaptarem às necessidades deles, a inclusão acaba por exigir uma ruptura com o modelo tradicional de ensino (SASSAKI, 1997).

O professor de Educação Física deve sempre garantir condições de segurança para o aluno com necessidades especiais, fazendo adaptações, criando situações de modo a possibilitar a sua participação, sempre visando todas as possibilidades que favoreçam o princípio da inclusão. Além disso, o professor de Educação Física deve favorecer o desenvolvimento e o aperfeiçoamento motor de seu aluno, onde se encontram: a força muscular; a coordenação motora; a flexibilidade corporal; o equilíbrio motor; a velocidade e a resistência e além do desenvolvimento motor deve favorecer o desenvolvimento da formação humana e

da afetividade dos alunos, como responsabilidade, cooperação, respeito pelos outros, solidariedade, organização, criatividade, confiança em si mesmo. (GALLARDO, 2008).

A educação física deve ser inclusiva, não podendo aceitar que os professores sejam agentes de exclusão, pois os excluídos são geralmente os mais fracos ao que se refere ao desempenho e são os que mais precisam da ação do professor.

O professor deve ser atuante, planejar e estruturar sua aula, para que haja participação de todos os alunos, que ele se sinta pertencente e protagonista em seu grupo social, pois a sensação de sermos incluídos, lembrados e aceitos, nos proporciona um sentimento de autoestima.

O caminho a perseguir é de uma modificação no contexto do jogo, uma recriação no seu sentido e significado, uma alteração no seu papel social. O jogo como competição tem sim, espaço na escola, a intenção é que o professor tenha compromisso com a inclusão de cada um dos seus alunos e não priorize somente o rendimento ou sempre privilegie os melhores. O que falta é uma nova postura de educador para afastar todo e qualquer tipo de exclusão, a fim de que promovamos a inclusão em nossas aulas de educação física, como uma pedagogia lúdica.

É importante que o professor em suas aulas trabalhe com os alunos valores como: a solidariedade, cooperação, respeito, procurando realizar atividades onde há a necessidade de se trabalhar a coletividade para que eles se conheçam, tenham contatos uns com os outros e busquem os resultados para o que foi proposto. Assim os que possuem certas dificuldades, poderão receber ajuda dos demais e ao mesmo tempo desenvolverão a socialização e um aspecto importante para que não ocorra o preconceito entre eles, que eles saibam respeitar a diferença de cada um – o convívio com as diferenças.

Na escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças. Esse é o primeiro passo para construir uma sociedade mais justa.

O sucesso da inclusão de alunos com deficiência na escola regular decorre, portanto, das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes. E só se consegue atingir esse sucesso, quando a escola regular assume que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado, a aprendizagem é concebida

e avaliada. Pois não apenas as deficientes são excluídas, mas também as que são pobres, as que não vão às aulas porque trabalham, as que pertencem a grupos discriminados, as que de tanto repetir desistiram de estudar.

Se desde cedo as crianças ditas “normais” conviverem e souberem lidar com as diferenças das pessoas, não somente das com necessidades especiais, mas com toda a diversidade existente na sociedade, se tornarão adultos diferenciados, com certeza bem melhores, com mais dignidade, capacidade em entender as dificuldades que essas pessoas enfrentam para obter seus direitos em ter uma vida normal, com qualidade.

A inclusão e participação de todos os alunos é um fator de extrema importância no que diz respeito às aulas de Educação Física Escolar. Participar de um processo inclusivo é estar pré-disposto a respeitar as diferenças individuais, abraçando a oportunidade de aprender sobre si mesmo e sobre o outro em uma situação de diversidade de idéias, ações, habilidades e sentimentos. Segundo Mantoan (2003), nos ambientes educativos de qualidade os alunos aprendem a valorizar a diferença pela convivência com seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula e pelo clima sócio-afetivo das relações estabelecidas em toda comunidade escolar.

Os Jogos Cooperativos aparecem como uma boa sugestão de ferramenta neste trabalho. Por se tratar de jogos de estrutura diferenciada, onde os valores de cada um são reconhecidos, onde a vitória é compartilhada por todos e onde se aprende a jogar uns *com* os outros ao invés de uns *contra* os outros.

Segundo Orlick (1987), diz que os jogos cooperativos eliminam a exclusão e a idéia de dividir os jogadores em ganhadores e perdedores.

A inclusão educacional deve assegurar oportunidades iguais, no entanto, não significa garantir tratamento idêntico a todos, mas sim oferecer a cada indivíduo meios para que se desenvolva, tanto quanto possível, o máximo de suas potencialidades. Assim, para que o princípio da igualdade de oportunidades (direito formal) se torne um fato (direito real), é indispensável que sejam oferecidas oportunidades educacionais diversificadas. O verdadeiro significado da igualdade de oportunidades repousa mais na diversificação que na semelhança de programas escolares (MAZZOTA, 2001).

Um dos caminhos para favorecer a inclusão educacional é adequar o currículo escolar, sempre levando em consideração que cada indivíduo possui

personalidade própria e padrões específicos de desempenho, que devem ser convenientemente orientados. Interagir na diversidade representa a inserção de valores significativos ao processo de formação e amadurecimento, tanto do professor como de todo alunado.

As leis de inclusão garantem a integração dos alunos portadores de deficiência nas classes comuns do ensino regular o que implica em adequar os recursos educacionais postos à disposição dos alunos para que a aprendizagem ocorra realmente. E a inclusão educacional do deficiente físico na prática da disciplina de educação física escolar é um fator socializador capaz de promover sua integração e colaborar para a reabilitação física, social e psicológica do indivíduo. Essa medida é um direito de cidadania que a sociedade disponibiliza procurando alternativas para obstáculos que possam impossibilitar o aluno deficiente de desfrutar benefícios que a lei garante.

A aula de Educação Física, além de todos os benefícios que traz à área motora, favorece a construção de uma atitude digna e de respeito próprio por parte da pessoa portadora de necessidades especiais, e a convivência com a sociedade pode provocar a construção de atitudes de solidariedade, de respeito à aceitação sem preconceito (PYLYPIEC, 1998).

## **2- Benefícios:**

A inclusão escolar oferece vários benefícios, sendo construtiva para o desenvolvimento de professores e alunos e o conhecimento desta interação contribui para políticas públicas sociais. Os colegas que convivem com portadores de deficiência tornam-se cooperativos, apresentam menos comportamentos excludentes e segregadores, construindo valores como o respeito e a solidariedade. Com isso, há uma maior integração na turma e uma melhor aceitação das próprias potencialidades e limitações, promovendo uma contribuição tanto acadêmica, como social (MENDES, 2006; TEIXEIRA; KUBO, 2008).

Stainbach (1999), observa que são vários os benefícios da inclusão:

(a) benefícios para todos os alunos, na medida em que, nas salas de aula, todas as crianças se enriquecem por terem oportunidade de aprender umas com as

outras, aprendem a cuidar umas das outras e a conquistar atitudes, habilidades e valores necessários para a sociedade apoiar a inclusão de todos os cidadãos;

(b) benefícios para todos os professores, na medida que eles têm a oportunidade de planejar e conduzir a educação como parte de uma equipe cooperativa, melhoram suas habilidades profissionais, mantêm-se informados das mudanças que ocorrem em suas áreas e garantem sua participação nas tomadas de decisões;

(c) benefícios para toda a sociedade, na medida que a razão mais importante do ensino inclusivo é o valor social da igualdade, pois se ensina aos alunos que, apesar das diferenças, todos têm direitos iguais. A inclusão reforça a prática de que as diferenças são aceitas e respeitadas.

A escola tem que ser o reflexo da vida do lado de fora. O grande ganho, para todos, é viver a experiência da diferença. Se os estudantes não passam por isso na infância, mais tarde terão muita dificuldade de vencer os preconceitos. A inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência, pela classe social ou pela cor que, por direito, ocupem o seu espaço na sociedade. Se isso não ocorrer, essas pessoas serão sempre dependentes e terão uma vida cidadã pela metade. Você não pode ter um lugar no mundo sem considerar o do outro, valorizando o que ele é e o que ele pode ser. Além disso, para nós, professores, o maior ganho está em garantir a todos o direito à educação (MANTOAN, 2005).

A questão da inclusão não é um direito que os alunos precisam conquistar. Isto é discriminação. O ensino inclusivo é um direito básico e na escola inclusiva a igualdade é respeitada e promovida como um valor na sociedade e os resultados visíveis são os da paz social e os da cooperação. À escola inclusiva cabe a superação das experiências e padrões do passado, ou seja da segregação e da desigualdade. A idéia tradicional de que pessoas deficientes poderiam ser ajudadas em escolas e instituições especializadas, ambientes socialmente segregados, só serviu para fortalecer os estigmas sociais e a rejeição.

A diversidade enriquece uma sala de aula pelo simples motivo de se aprender com o diferente. Quanto maior a diversidade na sala, não só com relação a várias deficiências, mas a diversidade cultural, de origem, de credo, de gênero, a física, faz a pessoa aprender mais, a conhecer mais o mundo, a perceber que há mais lá fora do que se possa imaginar. A construção do conhecimento em uma sala onde predomina a diversidade será muita mais preciosa. Dessa maneira, será possível

sonhar com um mundo sem preconceitos e discriminações. Eis a beleza do não ser igual.

Através da inclusão é que as crianças especiais aprendem:

- A gostar da diversidade;
- Adquirem experiência direta com a variedade das capacidades humanas;
- A demonstrarem crescentes responsabilidades;
- Melhora a aprendizagem através do trabalho em grupo, com outros deficientes ou não;
- A ficarem mais preparados para a vida adulta em uma sociedade diversificada entendendo que são diferentes, mas não inferiores.

As crianças não portadoras ao interagirem com as deficientes:

- Perdem o medo e o preconceito em relação aos diferentes;
- Desenvolvem a cooperação e a tolerância;
- Adquirem senso de responsabilidade em relação a tudo que o cerca;
- Melhoram o rendimento escolar;
- Tornam-se pessoas preparadas para conviverem com os ambientes heterogêneos e aprendem que as diferenças são enriquecedoras para o ser humano (SANTANA, 2003).

## CAPÍTULO III

### OS JOGOS E A EDUCAÇÃO FÍSICA

A Educação Física deve ser vista no ambiente escolar como colaboradora e contribuidora do desenvolvimento da formação humana. É um processo que tem como objetivo integrar influências culturais e naturais, utilizando atividades físicas, objetivando a aprendizagem e o desenvolvimento de hábitos motores. Outro fator importante é promover a educação efetiva para a saúde e reconhecer as práticas corporais ao desenvolvimento de valores, para a conquista de um estilo de vida ativo e saudável. A Educação Física deve estar presente na vida da criança desde a infância e é na escola que se deve aliá-la à educação moral e intelectual, formando o indivíduo como um todo.

Os jogos têm fundamental importância como ação pedagógica na escola, desde que esteja inserido dentro de um planejamento educacional.

Segundo Freire (1989), num contexto de educação escolar, o jogo proposto como forma de ensinar conteúdos às crianças aproxima-se muito do trabalho. Não se trata de um jogo qualquer, mas sim de um jogo transformado em um instrumento pedagógico, em um meio de ensino.

Segundo o Coletivo de Autores (1992), o jogo satisfaz as necessidades das crianças, especialmente a necessidade de “ação”. Assim, para entender o avanço da criança no seu desenvolvimento, o professor deve conhecer quais as motivações, tendências e incentivos que a colocam em ação. Não sendo o jogo aspecto dominante da infância, ele deve ser entendido como “fator de desenvolvimento” por estimular a criança no exercício do pensamento, que pode desvincular-se das situações reais e levá-la a agir independente do que ela vê.

Quando a criança joga, ela opera com o significado de suas ações, o que faz desenvolver sua vontade e, ao mesmo tempo, tornar-se consciente das suas escolhas e decisões. Por isso, o jogo apresenta-se como elemento básico para mudança das necessidades e da consciência.

Na Educação Física Escolar, o jogo deve ser proposto como uma forma de

ensinar, educar e desenvolver no aluno o seu crescimento cognitivo, afetivo-social e psicomotor, facilitando e permitindo a interação com o grupo.

Segundo Brotto (1999) o jogo é um meio para o desenvolvimento integral do ser humano e de aprimoramento da qualidade de vida.

Quando o conteúdo for jogos nas aulas de Educação Física devemos ter o cuidado para não colocar os alunos a jogar simplesmente para existir um ganhador ou perdedor, mas que através do jogo se busque o crescimento do aluno, como pessoa, como ser humano, que este seja motivado para a aula, que participe do grupo, que se sinta valorizado e acolhido em todos os momentos, com oportunidade de livre expressão, respeitando suas limitações e valorizando suas experiências.

Ainda nesse sentido, segundo Brotto (1999), podemos aprender que o verdadeiro valor do jogo, não está em somente vencer ou perder, mas está também, fundamentalmente, na oportunidade de jogar juntos para transcender a ilusão de sermos separados uns dos outros, e para aperfeiçoar nossa vida em comunidade.

Outro fator importante é que a metodologia utilizada pelos professores de Educação Física esteja vinculada ao sistema educacional e a uma prática pedagógica intencionalizada de tal modo que quando o conteúdo ministrado for jogos, não tenha simplesmente o objetivo de passar o tempo da aula ou de fazê-lo porque os alunos gostam.

O jogo como parte integrante do conjunto de conteúdos que devem compor a disciplina de Educação Física, caracteriza-se como um conhecimento de indiscutível importância, que não pode ser considerado simplesmente como uma mera atividade utilitária e espontaneísta, desprovido de sentido educativo. O professor junto com o aluno deverá buscar a construção de novas formas de ensinar e aprender, lembrando que a aprendizagem só acontece quando o aluno começa a buscar por si mesmo o saber, sentindo nele o sabor da descoberta (STUMPF, 2000).

A prática de jogos esportivos na escola durante as aulas de Educação Física, também deve estar voltada para seu valor enquanto atividade de lazer, valor que não pode ser esquecido, e enquanto um valioso elemento educativo que serve para o reforço de valores morais adequados e hábitos que valorizam a qualidade de vida. É preciso tomar cuidado para que os alunos não acharem que a aula de Educação Física é apenas uma hora de lazer e recreação. Eles devem entender que é uma aula como as outras, repleta de conhecimentos que poderão trazer muitos benefícios para sua vida, no seu dia a dia.

A Educação Física deve integrar o aluno na cultura corporal do movimento, de uma forma completa, além de transmitir conhecimentos sobre a saúde e as modalidades do mundo dos esportes. Ela dispõe de uma diversidade de recursos para abordar a aprendizagem, entre elas as situações de jogo coletivo, os exercícios de preparação corporal, de aperfeiçoamento, de improvisação, a imitação de modelos, os circuitos e as atividades recreativas.

No trabalho com jogos, as aulas devem ser planejadas com esmero e devem promover o dinamismo e o interesse dos alunos, deve ser estimulante. O conteúdo deve ter uma complexidade crescente a cada série de atividades, acompanhando o desenvolvimento cognitivo e motor do aluno. Precisa existir uma relação entre teoria e prática na metodologia de ensino utilizada no processo de formação do aluno, visando autonomia, inclusão, cooperação, convivência, participação e as inteligências múltiplas.

O jogo é o procedimento pedagógico mais utilizado na escola porque necessita de poucos materiais, o que já se sabe é escasso nas escolas. Através do jogo, a sociedade se desenvolve, o aluno é motivado a aprender, as habilidades são aperfeiçoadas, desenvolvem a criatividade, a cognição e aprendem a resolver problemas e a tomar decisões. Além de estimular a inclusão e o desenvolvimento das inteligências múltiplas, entre outros (BALBINO, 2002).

Na escola os jogos são utilizados como componente curricular em várias disciplinas, porém é na disciplina de Educação Física, que ganha maior potencial através da realização dos Jogos Esportivos. As aulas de Educação Física, enquanto disciplina curricular, tem o objetivo de tratar pedagogicamente os conteúdos da cultura corporal e permitir aos alunos o conhecimento e a análise crítica desses conteúdos.

Nas aulas de Educação Física, o ideal é a utilização de jogos pré-desportivos, adaptados à participação de todos os alunos, pois o princípio básico dos esportes na escola deve estar pautado na inclusão e todos os alunos devem participar da aula durante toda a sua duração.

Assim a Educação Física Escolar pode utilizar-se de uma nova proposta que visa os jogos cooperativos como abordagem pedagógica, que pode ser trabalhada pelos professores de educação física para uma maior inclusão no decorrer de suas aulas. Então, seu principal objetivo seria para que os alunos vivenciassem situações coletivas cooperativas e a reconhecessem como relevantes para a sua vida dentro e

fora da escola e que essas atividades cooperativas trouxessem resultados significativos nas aulas de educação física e assim pudessem ser adequadas aos conteúdos abordados pelo professor.

## CONCLUSÃO

Após várias pesquisas bibliográficas, foi possível identificar que o indivíduo aprende e se socializa enquanto joga. O brincar estabelece com os jogos uma relação natural onde o aluno consegue extravasar suas tristezas e alegrias, angústias, paixões, passividades e agressividades. Além da interação, o jogo proporciona o desenvolvimento da memória, da linguagem, da atenção, da percepção, da criatividade e da habilidade para melhor desenvolver a aprendizagem. Brincando e jogando o aluno terá oportunidade de desenvolver capacidades indispensáveis a sua futura atuação profissional, tais como atenção, afetividade, o hábito de concentrar-se, dentre outras habilidades. Nessa perspectiva, as brincadeiras e os jogos vêm contribuir para o importante desenvolvimento das estruturas psicológicas e cognitivas do aluno. Além de que a ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade, na qual ela deve ser vivenciada, não apenas como diversão, mas com objetivo de desenvolver as potencialidades do indivíduo, visto que o conhecimento é construído pelas relações inter-pessoais e trocas recíprocas que se estabelece durante toda a formação do sujeito. Quanto mais o professor trabalhar os jogos com práticas inovadoras, maior será a chance de proporcionar ao aluno, aulas mais prazerosas e interessantes. Dando ênfase ao trabalho com jogos, o educador desenvolve junto ao aluno um trabalho mais envolvente. O desenvolvimento do aspecto lúdico, facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, facilitando os processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento. Enfim, desenvolve o indivíduo num todo. A vivência e a aprendizagem dos jogos devem se tornar um meio de evitar as práticas excludentes e discriminatórias no processo ensino-aprendizagem, valorizando a iniciativa e a cooperação como elementos de desenvolvimento nos alunos de um autoconceito positivo, fortalecendo seu caráter e personalidade, utilizando os jogos como meio de contribuir para a autonomia e formação da personalidade dos alunos, criando situações que favoreçam o desenvolvimento de habilidades motoras e capacidades físicas de forma prazerosa e inclusiva. A inclusão só é possível se houver respeito à diferença e, conseqüentemente, a adoção de práticas pedagógicas que permitam às pessoas com deficiência aprender e ter reconhecidos

e valorizados os conhecimentos que são capazes de produzir, segundo seu ritmo e na medida de suas possibilidades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALBINO, H.F. Os jogos coletivos e as inteligências múltiplas na interface da relação homem e ambiente. Piracicaba: UNIMEP, 2002.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Vol. Educação Física. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

BROTTO, F.O. Jogos cooperativos: Se o importante é competir o fundamental é cooperar. São Paulo: O autor, 1993.

BROWN, G. Jogos Cooperativos: teoria e prática. São Paulo: Editora Sinodal, 1994.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino da Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.

FREIRE, J.B. Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física. São Paulo: Scipione, 1989.

FREIRE, J.B; SCAGLIA, A.J. Educação como prática corporal. Pensamento e ação no magistério. São Paulo: Scipione, 2003.

FREIRE, J.B. Educação de corpo inteiro. São Paulo: Scipione, 1992.

GALLARDO, J.S.P. Didática de educação física: a criança em movimento: jogo, prazer e transformação. São Paulo, Ftd, 2008.

GARGANTA, J. Para uma teoria de los Juegos Desportivos colectivos. In: GRAÇA, A. e OLIVEIRA, J. (org.). O ensino dos jogos desportivos. Porto: Universidade do

Porto, 1995.

GOFFREDO, V.L.F. Caderno de Estudo – O Esporte como Alternativa de Conteúdo para a Educação Física Escolar numa Perspectiva Inclusiva - Educação Especial. Rio de Janeiro: FESP, 1997.

GORGATTI, M. G; COSTA, R.F. Atividade Física Adaptada. Barueri - Sp: Manole, 2005.

HUIZINGA, J. Homo Ludens. São Paulo: Perspectiva, 1996.

KISHIMOTO, T.M. O brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira, 2001.

LORENZETTO, L. A. A escola, o lúdico e a afetividade. Rio Claro: Departamento de Educação Física do Instituto de Biociências – UNESP, 1993. (Relatório).

MANTOAN, M.T.E. Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Ed. Moderna, 2005.

MANTOAN, M.T.E. Inclusão escolar de deficientes mentais: que formação para professores? São Paulo: Memnon; SENAC, 1997.

MAZZOTA, M.J.S. Educação Especial no Brasil – Histórias e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2001.

MELLO, C.O. A interação social na brincadeira de faz-de-conta: uma análise da dimensão metacomunicativa. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

MENDES, E.G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Rev. Bras. Educ. Rio de Janeiro. v.11, n.33, set./dez.2006.

MENEZES, E.T.; SANTOS, T. H. "Declaração de Salamanca" (verbete). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002.

ORLICK, T. Vencendo a competição. São Paulo: Círculo do Livro, 1989.

PYLYPIEC, C. Desenvolvimento motor para velocistas portadores de deficiência

Leve. Ponta Grossa: UEPG, 1998.

REGO, T.C. Vygotsky: uma perspectiva histórico cultural da educação. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

RONCA, P.A.C.; TERZI, C.A. A aula operatória e a construção do conhecimento. 9.ed. São Paulo: Edesplan, 1995.

SANTANA, W.C. A pedagogia do esporte e a moralidade infantil. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação Física, Campinas, 2003.

SANTOS, R.R.F e LORENZETTO, L.A. Os novos Parâmetros Curriculares Nacionais: perspectivas para a educação física de primeira à quarta série. Universidade Estadual Paulista, 1999.

SASSAKI, R.K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro. 3ª edição, WVA 1997.

SCHWARTZ, G. M. Emoção, aventura e risco - a dinâmica metafórica dos novos estilos. In: Burgos, M.S.; Pinto, L.M.S. (Org.). *Lazer e estilo de vida*. 01 ed. Santa Cruz do Sul, 2002.

SOLER, R. Brincando e aprendendo com os Jogos Cooperativos. Rio de Janeiro: Sprint, 2008.

STAINBACH, S. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

STUMPF, J.M. O jogo nos dizeres e fazeres dos professores de Educação Física que atuam nas Séries Iniciais de Ensino Fundamental. Caxias do Sul: UCS, 2000. Monografia de Especialização

TEIXEIRA, F.C.; KUBO, O.M. Características das interações entre alunos com Síndrome de Down e seus colegas de turma no sistema regular de ensino. Rev. Bras. Ed. Esp. Marília. v.14, n.1, p.75-92, jan./abr.2008.